



Educação Ambiental em Diálogo com
Ensino de Química na Terra do Basalto
44ª EDEQ - 4º Profquisul
NOVA PRATA/RS

Proposições didáticas para o ensino da temática indígena na escola: contribuições a partir da Lei nº 11.645/08

Vânia Costa Ferreira Vanuchi* (PG), Joice Maria Scheibel (PG), Daniele Trajano Raupp (PQ). vanuchivania@gmail.com*

Palavras-Chave: lei 11.645/08; temática indígena; subsídio didático.

Área Temática: Diversidade, inclusão, saberes e culturas.

Resumo:

Este manuscrito é uma proposta teórica cujo objetivo é apresentar subsídios didáticos que fomentem e concretizem a abordagem da temática indígena nas aulas de química, contribuindo para a efetiva implementação da Lei nº 11.645/08, que estabelece a obrigatoriedade do estudo da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Educação Básica brasileira. A inserção dessa temática no ensino de Química constitui estratégia fundamental para desconstruir representações, equívocos e estereótipos historicamente construídos na sociedade brasileira e frequentemente perpetuados pela escola a partir de currículos eurocêntricos e coloniais. Torna-se, portanto, imprescindível construir novas narrativas que desafiem concepções naturalizadas como verdades absolutas, assegurando visibilidade e reconhecimento aos povos indígenas. Nesse sentido, o presente trabalho — desenvolvido no âmbito de um projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) — busca oferecer recursos didáticos que apoiem professores na inclusão da temática indígena no ensino de Química. Entre os materiais indicados, destacam-se obras da literatura indígena, livros, artigos e textos científicos, vídeos e produções audiovisuais, além de referências a representantes indígenas contemporâneos, que podem contribuir para práticas pedagógicas críticas, decoloniais e socialmente comprometidas.

INTRODUÇÃO:

Nos últimos anos, o Poder Legislativo brasileiro aprovou a Lei nº 11.645/08, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todo o currículo escolar, abrangendo instituições públicas e privadas (Goularte; Melo, 2013). Essa legislação, em vigor desde 2008, é fruto das lutas históricas dos movimentos Negro e Indígena, que reivindicaram o reconhecimento, a valorização e a inserção de suas histórias e culturas no espaço escolar como forma de enfrentamento ao racismo e ao apagamento histórico. Nesse sentido, conquistas anteriores já haviam sido alcançadas em 2003, com a promulgação da Lei nº 10.639, que determinou as diretrizes para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica do país (Brasil, 2003; 2008).

Posteriormente, em 2008, a LDB passou por novas alterações, com o sancionamento da Lei nº 11.645/08, que ampliou essa obrigatoriedade para contemplar, também, as histórias e culturas dos povos indígenas (Russo; Paladino, 2015). Além disso, a legislação orienta que os conteúdos referentes às histórias e culturas dos povos indígenas e afro-brasileiros sejam trabalhados de forma integrada em todo o currículo escolar, com ênfase nas áreas de



educação artística, história e literatura brasileira (Brasil, 2008). Dessa maneira, tais conteúdos devem transversalizar os componentes curriculares, de modo a reformular equívocos, corrigir desinformações e desconstruir estereótipos historicamente construídos. Simultaneamente, devem fornecer aos demais campos do conhecimento instrumentos efetivos de ensino e aprendizagem pautados na equidade, na justiça social, no respeito às diferenças e na conscientização crítica.

Não obstante as orientações legais que determinam a transversalidade da temática nos currículos e a corresponsabilidade das instituições de ensino em garantir sua implementação, a efetivação da Lei nº 11.645/08 tem se mostrado um grande desafio (Vanuchi; Raupp, 2023). Sua aplicação ocorre de maneira lenta e parcial, apesar da relevância e da urgência em promover o respeito e a valorização dos povos indígenas no espaço escolar.

Essa realidade, em grande medida, relaciona-se à negligência e/ou ao descompromisso de alguns gestores educacionais na formulação de estratégias, programas e ações que assegurem o cumprimento do que estabelece a lei. Além disso, a ausência de recursos, informações, materiais didáticos e processos formativos para os professores em exercício contribui para que práticas já consolidadas sejam perpetuadas, reforçando preconceitos e discriminações em relação aos povos indígenas (Nascimento, 2019).

Diante do contexto apresentado, este artigo propõe-se a contribuir para o enfrentamento das lacunas observadas no processo de implementação da Lei nº 11.645/08. Para tanto, tem como objetivo apresentar subsídios didáticos que fomentem e concretizem a abordagem da temática indígena nas aulas de química, contribuindo para a efetiva implementação da Lei nº 11.645/08, que estabelece a obrigatoriedade do estudo da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Educação Básica brasileira. As referências aqui reunidas resultam de um percurso investigativo consolidado ao longo de um período prolongado de pesquisa e fundamentam a construção de uma tese de doutorado em andamento, constituindo-se como base teórico-conceitual e didática para as reflexões e proposições desenvolvidas neste trabalho

O ESTUDO DA TEMÁTICA INDÍGENA NA ESCOLA

A inserção da temática indígena ¹no contexto da educação básica, em instituições públicas e privadas, constitui uma possibilidade de ruptura com práticas que, historicamente, reforçaram representações distorcidas sobre os povos indígenas. A escola, por longo período, consolidou narrativas pautadas em uma matriz colonial e em referenciais eurocêntricos que seguem fortemente reproduzidos nos currículos, nos materiais didáticos e na própria formação

¹ Neste artigo, utilizamos a expressão *temática indígena* para nos referirmos aos conjuntos de saberes, práticas, epistemologias e contextos socioculturais dos povos indígenas que permeiam as discussões educacionais. Essa escolha não tem como propósito reduzir os povos indígenas a objeto de estudo, mas destacar a importância de abordar tais conhecimentos de forma transversal e crítica no currículo escolar, conforme estabelece a Lei nº 11.645/2008. Vale lembrar que o termo não se confunde com *educação escolar indígena* (modalidade ensino) nem com *educação indígena* (transmissão de saberes ancestrais).

docente (Russo; Paladino, 2015). Estudos recentes têm demonstrado que tais concepções ainda se mantêm no cotidiano escolar, revelando a dificuldade em superar práticas que silenciam ou reduzem a diversidade indígena a estereótipos e generalizações (Carvalho; Scaramuzza, 2022; Oliveira; Almeida; 2023).

Tais narrativas sustentam imagens reducionistas, que situam os indígenas em um passado estático, retratando-os como culturas atrasadas ou congeladas, obscurecendo sua diversidade e identidade contemporânea. Também reforçam a falsa dicotomia entre “verdadeiros” e “não verdadeiros”, limitando sua representação a aspectos folclóricos ou meramente exóticos (Freire, 2016; Nascimento, 2019; Silva; Costa, 2018).

Nesse cenário, os conteúdos relativos à história e às culturas indígenas são, em grande parte, ausentes, superficiais ou desatualizados, contribuindo para o silenciamento dessas populações e para a manutenção de visões estereotipadas no ambiente escolar e na sociedade em geral (Carvalho; Scaramuzza, 2022). A persistência de práticas escolares que se distanciam do que a legislação determina é evidente em atividades como a comemoração do chamado “Dia do Índio” (Figura 1), ocasião em que prevalecem estereótipos e representações caricaturais transmitidas às crianças por adultos pouco informados (Nascimento, 2019; Munduruku, 2019).



Figura 1: Exemplo de atividade² escolar ainda divulgada na internet que apresenta representações estereotipadas dos povos indígenas Fonte: Pinterest (2025).

A figura 1 evidência como práticas educacionais ainda reproduzem uma visão eurocêntrica e colonial dos povos indígenas, reduzindo-os a estereótipos cristalizados. Essas representações decorrem do universalismo ocidental que estruturou o currículo escolar, privilegiando determinados

² A Figura 1 foi coletada em rede social aberta (Pinterest), em perfil de caráter pedagógico, como exemplo de atividades que ainda circulam no ambiente digital e escolar. Sua utilização neste artigo tem finalidade estritamente ilustrativa, a fim de evidenciar a persistência de representações estereotipadas dos povos indígenas.



saberes em detrimento de outros, especialmente aqueles produzidos pelas culturas indígenas. Como consequência, alimentam preconceitos, racismo e violência, ao mesmo tempo em que negam a pluralidade cultural, étnica e linguística que compõe a sociedade brasileira (Koeppe; Lahm; Borges, 2014).

Nesse cenário, a inclusão da temática indígena no currículo da educação básica mostra-se indispensável não apenas para combater distorções, mas também para enriquecer o processo educacional com novas perspectivas étnicas, atitudinais e comportamentais. Essa abordagem possibilita ao Brasil refletir criticamente sobre sua história, suas memórias e identidades, resgatando a diversidade cultural que o constitui (Munduruku, 2019).

Diante desse quadro, torna-se urgente garantir a implementação efetiva da Lei nº 11.645/08, em articulação entre instituições escolares e legislação, como caminho para desconstruir estereótipos e superar práticas pedagógicas limitadas a ações pontuais — como as comemorações superficiais do 19 de abril³. Mais do que um dispositivo para enfrentar representações equivocadas, a lei deve ser compreendida como um marco de resistência frente ao epistemicídio e ao genocídio de povos, ao mesmo tempo em que possibilita o combate à colonialidade que ainda estrutura os currículos escolares e sustenta processos de desinformação herdados da modernidade e da historiografia europeia.

PROPOSIÇÕES DIDÁTICAS PARA O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA A PARTIR DA LEI Nº 11.645/08: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE QUÍMICA

Este tópico reúne proposições que podem instigar o trabalho docente e indicar pontos de partida para a abordagem da temática indígena em sala de aula. Elas não surgem como um repertório pronto, mas como resultados de uma pesquisa de doutorado dedicada à análise da Lei nº 11.645/08 e de seus desdobramentos no ensino de Ciências. Ao apresentá-las, buscamos ampliar as possibilidades de atuação dos professores para além dos materiais didáticos convencionais, apontando caminhos que contribuam para a desconstrução de práticas ainda recorrentes, como as comemorações superficiais do 19 de abril, e para a construção de abordagens críticas e contextualizadas.

Os textos, livros e vídeos produzidos por professores e intelectuais indígenas constituem aliados fundamentais para aqueles que desejam aprender e ensinar sobre as vivências, saberes e histórias dos povos originários. Essas produções, ao partirem de experiências próprias e de uma

³ A partir de 2020, o dia 19 de abril, anteriormente denominado Dia do Índio, passou a ser oficialmente reconhecido como Dia dos Povos Indígenas. O termo “índio” não deve ser utilizado, por se tratar de uma designação genérica e colonial que homogeneiza e invisibiliza a diversidade dos mais de 305 povos indígenas existentes no Brasil. A nova denominação reforça a valorização da pluralidade cultural, étnica e linguística desses povos e reconhece suas identidades próprias. Vale ressaltar, contudo, que as questões relacionadas aos povos indígenas não devem se restringir às comemorações desta data, mas precisam ser incorporadas de forma contínua e crítica no âmbito escolar.

leitura crítica da realidade, possibilitam romper com a visão estereotipada e reducionista ainda predominante nos espaços escolares.

Escritores como Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Gersem Baniwá e Edson Kayapó consolidam-se como referências centrais, ao aproximar o leitor de perspectivas críticas, sensíveis e profundamente conectadas à ancestralidade. Entre os trabalhos mais marcantes, pode-se destacar *O Banquete dos Deuses*, de Daniel Munduruku, que apresenta narrativas em diálogo com o universo mítico e cultural indígena; *A Queda do Céu*, de Davi Kopenawa, testemunho potente sobre o povo Yanomami e sua cosmovisão; e *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*, de Ailton Krenak, obra que propõe reflexões urgentes sobre a relação entre humanidade e natureza, complementada por títulos como *A Vida Não É Útil* e *O Amanhã Não Está à Venda*.

A diversidade dessas produções e autores está ilustrada na Figura 2, que reúne visualmente algumas das vozes indígenas contemporâneas citadas neste trabalho⁴.



Figura 2: Foto colagem de algumas vozes indígenas. Fonte: Autores, 2025⁵.

Em consonância com o que já foi mencionado, outra fonte relevante de informação é os vídeos disponíveis na plataforma YouTube. Entre eles, destaca-se a série “Culturas Indígenas”, produzida com a participação de

⁴ A inserção da Figura 2 busca romper com a invisibilidade historicamente atribuída aos povos indígenas, ao apresentar os rostos de intelectuais e artistas contemporâneos. Consideramos que, assim como cientistas e pensadores brancos frequentemente têm sua imagem divulgada em publicações, é igualmente legítimo e necessário visibilizar esses sujeitos indígenas, reconhecendo-os como protagonistas de saberes e produções.

⁵ As imagens utilizadas na montagem foram obtidas em:

(a) Wikipédia – “Davi Kopenawa Yanomami”. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Davi_Kopenawa_Yanomami>. Acesso em: 10 set. 2025;

(b) CAMPANATO, Walter. Agência Brasil, 2021. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/19/destruir-a-natureza-e-um-caminho-para-o-suicidio-alerta-gersem-baniwa>>. Acesso em: 10 set. 2025;

(c) e (d) Perfis oficiais dos autores em redes sociais. Acesso em: 10 set. 2025

diferentes povos e de pensadores como Ailton Krenak, Daniel Munduruku, Ariel Ortega e Katu Mirim, entre outros. Também merece atenção o debate em formato de live intitulado “Para que estudar a temática indígena na escola?”, conduzido por Onorio Isaías de Moura, indígena do povo *Kaingang*, e Edson Kayapó, pertencente ao povo *Mebengokré*. Além disso, Edson Kayapó, em parceria com a professora Arlete Pinheiro Schubert, apresenta o vídeo “Minicurso: Recursos didáticos na abordagem da temática indígena”, no qual são sugeridos diversos materiais didáticos, acompanhados de informações complementares disponibilizadas no texto de rodapé.

Nesse mesmo sentido, o YouTube também reúne outros canais de grande relevância, como o do Instituto Socioambiental (ISA) (@InstitutoSocioambiental) e o Canal *WARIU*, ambos voltados à divulgação de conteúdos educativos e informativos sobre os povos indígenas no Brasil. Para além da plataforma de vídeos, igualmente constituem fontes confiáveis o Instituto Socioambiental (ISA) e o projeto “Povos Indígenas do Brasil Mirim”, organizado pelo próprio ISA, bem como sites como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; Fundação Nacional dos Povos Indígenas e Ministério dos Povos Indígenas.

Enquanto nas redes sociais, em especial no Instagram, é possível encontrar perfis que divulgam materiais atualizados e de ampla circulação sobre a temática indígena, como:

- @minpovosindigenas (Ministério dos Povos Indígenas);
- @apiboficial (Apib-Articulação dos Povos Indígenas do Brasil);
- @povosindigenas (Povos Indígenas do Brasil),
- @midiaindigenaoficial (Mídia Indígena Oficial) e
- @povos.tradicionais (Povos Tradicionais).

Outra estratégia relevante para desconstruir estereótipos, paradigmas e representações equivocadas sobre os povos indígenas, no espaço escolar, consiste em aprender com os próprios indígenas contemporâneos. Nesse sentido, destaca-se Alice Pataxó, do povo *Pataxó*, jovem ativista, comunicadora e influenciadora digital que aborda temas relacionados à luta pelos direitos indígenas, à preservação ambiental, ao enfrentamento da violência contra os povos originários e à desconstrução de estereótipos.

Também Txai Suruí, do povo *Paíter Suruí*, ambientalista e defensora dos direitos humanos, que ganhou projeção internacional ao discursar na COP26 (2021), em Glasgow, enfatizando a urgência do combate à crise climática. Outra referência importante é Célia Xakriabá, do povo *Xakriabá*, professora, ativista e deputada federal, cuja atuação é marcada pela defesa da educação escolar indígena, dos direitos territoriais e da formulação de políticas públicas. Já Sonia Guajajara, do povo *Guajajara*, é uma liderança histórica do movimento indígena e atual ministra dos Povos Indígenas, reconhecida pela defesa dos direitos dos povos originários, dos territórios tradicionais e da preservação ambiental.

Também se destaca Anapuaka Tupinambá, do povo *Tupinambá*, comunicador e um dos fundadores da Mídia Índia, rede que atua na produção e difusão de informações a partir da perspectiva dos povos indígenas. Samela

Sateré-Mawé, do povo *Sateré-Mawé*, é comunicadora, bióloga e ativista que utiliza as redes sociais para promover a conscientização sobre a preservação da Amazônia e os impactos socioambientais que atingem os povos indígenas. Por fim, Vanderson Brito Huni Kuin, do povo *Huni Kuin*, é comunicador indígena que se destaca pela produção de conteúdos digitais voltados à valorização cultural, à juventude indígena e às lutas por direitos e território.

Além dessas referências, há uma ampla variedade de suportes didáticos – alguns disponíveis gratuitamente na internet – que podem servir de aporte educacional para docentes interessados em inserir a abordagem da temática indígena em suas aulas. Entre eles, destacam-se as seguintes obras:

- Ciências, Tecnologias, Artes e Povos Indígenas no Brasil: Subsídios e debates a partir da Lei 11.645/08 – Kelly Russo e Mariana Paladino (2016).
- Ensino de Ciências e Matemática | Educação Indígena | Metodologias de Ensino e Avaliação da Aprendizagem – Antônio Nunes de Oliveira, Marcos Cirineu Aguiar Siqueira e Diego José Araújo Bandeira (2022).
- A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1^o e 2^o grau – Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Benzi Grupioni (1995).
- A temática indígena na escola: novos subsídios para professores – Pedro Paulo Funari e Ana Piñón (2016).
- A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008 – Edson Silva e Maria da Penha Silva (2020).
- O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas – Juliana Alves de Andrade e Tarcísio Augusto Alves da Silva (2016).
- O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje – Gersem dos Santos Luciano (2006).
- Rios de Palavras: Confluências Ancestrais, Saberes Indígenas e Educação – Henry Mähler-Nakashima, Raquel Kubeo e Losandro Antonio Tedeschi (orgs.) (2023).

Há também uma coletânea pedagógica desenvolvida pelo professor Edson Kayapó, intitulada: A lei 11.645/08 e a educação indígena⁶; podem ser mencionados um caderno pedagógico elaborado pela Fundação Vale em parceria com a Fundação Getúlio Vargas⁷; a exposição do Museu da Pessoa que traz a exposição: Vidas indígenas, modos de habitar o mundo⁸ e o Museu das culturas indígenas que tem um acervo digital e uma coleção didática que vale a pena conferir com os estudantes⁹.

Para além desses materiais, existem ainda aportes didáticos que trazem reflexões específicas acerca da abordagem da temática indígena no ensino de Química. Entre eles, destacam-se os seguintes trabalhos: A Tecelagem Huni

⁶ Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/prpgi/editora/livros/ciencias-humanas/Lei11.64508eaeducacaoindigena.Cad21.pdf>

⁷ Disponível em: https://www.fundacaovale.org/wp-content/uploads/2024/05/cad-povos-indigenas_web_fundacaovale_fgv-dgpe.pdf

⁸ Disponível em: <https://mostra.museudapessoa.org>

⁹ Disponível em: <https://museudasculturasindigenas.org.br/acervo-online/>

Kuin e o Ensino de Química (Silva et al., 2016)¹⁰; A Química dos povos indígenas da América do Sul (Soentgen e Hilbert, 2016)¹¹; O saber indígena no ensino de Química: uma análise acerca da temática indígena em trabalhos científicos (Demos, 2019)¹²; A experimentação no ensino de Química e os saberes indígenas (Gonzaga e Benite, 2020)¹³; A cultura indígena no ensino de Química: uma proposta de sequência didática (Anésio et al., 2022)¹⁴; Uma sequência didática para o ensino de Química valorizando as culturas indígenas numa perspectiva multiculturalista (Souza, 2021)¹⁵; Narrativas e saberes indígenas no ensino de Química: contextos para propostas de sequências didáticas (Silva e Queiroz, 2023)¹⁶; Corantes naturais da cultura indígena no ensino de Química (Vanuchi; Braibante, 2019)¹⁷; e O uso de corantes naturais por algumas comunidades indígenas brasileiras: uma possibilidade para o ensino de Química articulado com a Lei 11.645/2008 (Vanuchi; Braibante, 2019)¹⁸.

Entre as produções recentes, merece atenção o artigo A temática indígena na sala de aula: possibilidades para um ensino de ciências na perspectiva da Lei n.º 11.645/08 (Vanuchi; Raupp, 2025)¹⁹, que reúne propostas de um ensino de Ciências fundamentado na referida legislação. Já o trabalho Revisão sistemática de literatura acerca da abordagem da temática indígena no ensino de Ciências (Vanuchi; Raupp, 2022)²⁰ apresenta uma análise sobre como a temática indígena vem sendo discutida nesse campo. Por sua vez, o estudo: A temática indígena no ensino de Química: uma revisão sistemática de literatura (Vanuchi, Raupp, 2023)²¹ realiza um levantamento específico da inserção dessa temática no ensino de Química, ampliando a compreensão acerca das potencialidades e desafios dessa abordagem.

Posto isso, ao longo deste trabalho, procuramos evidenciar que a inserção da temática indígena no ensino de Química não se limita a cumprir uma exigência legal, mas representa uma oportunidade para repensar práticas pedagógicas, reconstruir currículos e fomentar novas perspectivas de ensino e aprendizagem. As proposições apresentadas, ainda que não pretendam esgotar as possibilidades existentes, apontam caminhos concretos para que os

¹⁰ Disponíveis em: https://qnesc.s bq.org.br/online/qnesc38_3/03-QS-112-14.pdf

¹¹ Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/rYR3xpPFSBFnLJZ4KkSTZ9w/?format=html&lang=pt>

¹² Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/202613>

¹³ Disponível em: <https://www.btd.ueg.br/handle/tede/704>

¹⁴ Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/REDEQUIM/article/view/4898>

¹⁵ Disponível em: <https://repositorio.ifg.edu.br/handle/prefix/963>

¹⁶ Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/REDEQUIM/article/view/5156>

¹⁷ Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16089>

¹⁸ Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/REDEQUIM/article/view/4207>

¹⁹ Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/12443>

²⁰ Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/12719>

²¹ Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV181_MD1_ID2814_TB893_06032023093958.pdf

docentes possam ampliar sua atuação e contribuir para a efetivação da Lei nº 11.645/08.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetiva implementação da Lei nº 11.645/08, no contexto do ensino de Química, demanda mais do que a inclusão pontual de conteúdos: requer uma revisão curricular orientada por justiça cognitiva, diálogo intercultural e compromisso ético-político com a superação de estereótipos e apagamentos históricos. As proposições aqui reunidas indicam que é possível romper com abordagens folclorizantes e eurocentradas ao articular saberes científicos e conhecimentos produzidos por intelectuais e coletivos indígenas, promovendo aprendizagens significativas e socialmente referenciadas. Haja vista o cenário ainda marcado por lacunas formativas e escassez de materiais específicos, os subsídios apresentados operam como ponto de partida para práticas docentes mais críticas, contextualizadas e sensíveis à diversidade étnica e cultural do Brasil contemporâneo.

Diante disso, defendemos que a abordagem da temática indígena no ensino de Química seja assumida como tarefa institucional e coletiva, envolvendo gestão escolar, formação inicial e continuada de professores, seleção criteriosa de materiais didáticos e construção de espaços pedagógicos que valorizem múltiplas epistemologias. A utilização de obras de autoria indígena, produções audiovisuais, acervos digitais e referenciais teóricos comprometidos com a decolonialidade amplia horizontes de leitura da realidade e contribui para que estudantes compreendam a ciência como empreendimento humano plural, situado e historicamente construído. Tais escolhas curriculares não apenas corrigem desinformações e reduzem preconceitos, mas também qualificam o ensino de Química ao conectar conceitos, práticas e contextos socioculturais concretos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 10 set. 2025.



Educação Ambiental em Diálogo com
Ensino de Química na Terra do Basalto
44ª EDEQ - 4º Profquisul
NOVA PRATA/RS

CARVALHO, L.; SCARAMUZZA, G.F. A temática indígena e a lei 11.645/2008 no contexto de uma escola pública amazônica em uma leitura decolonial. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, e171111436150, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36150>. Acesso em: 11 set. 2025.

FREIRE, J. R. B.. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. **Revista Ensaios e pesquisa em educação**, v. 1. n. 1, p. 3-23, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/view/578>. Acesso em: 10 set. 2025.

GOULARTE, R. S.; MELO, K. R.. A lei 11.645/08 e sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental. **Entretextos**, v. 13, n. 2, p. 33-54, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1519-5392.2013v13n2p33>. Acesso em: 10 set. 2025.

KOEPPE, C. H. B; LAHM, R. A.; BORGES, R. M.R. Contribuições do ensino de ciências para a construção da alteridade em relação à cultura indígena. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 19, n. 3, p. 577-591, 2014. Disponível em: <https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/74>. Acesso em: 10 set. 2025.

MUNDURUKU, D. “Posso ser quem você é sem deixar de ser quem eu sou”: uma reflexão sobre o ser indígena, *In*: SESC - Departamento Nacional. **Culturas indígenas, diversidade e educação**. Educação em rede, v. 7. Rio de Janeiro: Sesc, 2019. p. 40-55.

NASCIMENTO, R. G. A Lei n. 11.645/08 e o ensino da temática indígena: fundamentos e desafios de um currículo intercultural para uma sociedade pluriétnica. *In*: SESC - Departamento Nacional. **Culturas indígenas, diversidade e educação**. Educação em rede, v. 7. Rio de Janeiro: Sesc, 2019. p. 140-154.

PEDAGOGA, A. *Perfil “Pedagoga Antenada” no Pinterest*. **Pinterest**, [s.l.], Disponível em: <https://br.pinterest.com/pedagogaantenada/>. Acesso em: 12 set. 2025.

OLIVEIRA, A. R.; ALMEIDA, B. Ri. D. P. Práticas pedagógicas interculturais sobre a temática indígena em uma escola do Distrito Federal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49, e258073, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349258073>. Acesso em: 11 set. 2025.

RUSSO, K.; PALADINO, M. Reflexões sobre a Lei 11.645/2008 e a inclusão da temática indígena na escola. **Revista Fórum Identidades**, v. 16, n. 16, p. 31-60, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/4260>. Acesso em: 10 set. 2025.

SILVA, G.J. da; COSTA, A. M. R. F. M. da. **Histórias e culturas indígenas na Educação Básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

VANUCHI; RAUPP. A temática indígena no ensino de Química: Uma revisão sistemática de literatura. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS (XIV ENPEC), 14., 2023, Caldas Novas. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2023. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV181_MD1_ID2814_TB893_06032023093958.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.